

ADMITIDO, NUMERE-SE E

PUBLIQUE-SE

Baixa à Comissão: ASSUNTOS SOCIAISPara parecer até: 23 / 07 / 201218 / 07 / 2012

O Presidente,

Ref.º 801/CGAB/SEPCM/2012

Data: 11 julho 2012

Exmo. Senhor

Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de junto remeter para a audição prevista no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição e no n.º 1 do artigo 116.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o seguinte projeto de diploma:

Projeto de decreto-lei que institui a atividade socialmente útil a desenvolver por parte dos beneficiários da prestação de rendimento social de inserção – *MSSS* – (Reg. DL 344/2012).

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores solicita-se a emissão de parecer, por razões de urgência, até ao próximo dia 23 de julho de 2012.

A urgência fundamenta-se na necessidade de permitir a viabilização e a aplicação do novo regime do rendimento social de inserção em pleno tendo por base os seguintes considerandos:

- O Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de Junho, procede à revisão do regime jurídico do rendimento social de inserção, prevendo, no âmbito das medidas de inserção que devem integrar o contrato de inserção, a participação do titular da prestação e dos membros do seu agregado familiar em programas de ocupação temporária que se traduzam na realização de atividades socialmente úteis, como forma de promoção da sua integração social e comunitária;



- A importância de ter os mecanismos de execução do novo regime do rendimento social de inserção operacionais, capazes de dar resposta à mudança de paradigma que se procura imprimir no regime, favorecendo a capacidade de ação eficaz e eficiente no terreno das prestações sociais;
- O desenvolvimento de atividade socialmente útil surge como forma de ativação social e comunitária por parte dos beneficiários da prestação de rendimento social de inserção, prestando um importante contributo cívico a favor da comunidade onde se inserem;
- Sem a aprovação do presente diploma o novo regime do rendimento social de inserção se revela incompleto e impossibilitado de atingir os seus objetivos sociais evidenciados pelo novo regime.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

(Francisco José Martins)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 2820	Proc. N.º 28-06
Data: 012, 07, 11	225/12



## Ministério d

REPÚBLICA PORTUGUESA / GOVERNO VITÓRIA / GOVERNHO / GOVERNMENT / GOVERNANCE / GOVERNANCE / GOVERNANCE / GOVERNANCE

Decreto ..... n.º .....

**DL 344/2012**

**2012.07.11**

Uma das preocupações do XIX Governo Constitucional, em matéria de política social, consiste na revisão do regime jurídico do rendimento social de inserção, enquanto prestação de combate à pobreza sujeita a um conjunto de direitos e deveres consubstanciados na celebração de um contrato de inserção.

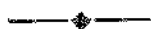
Em cumprimento deste objetivo foi, recentemente, publicado o Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho, que procede à revisão do regime jurídico do rendimento social de inserção, o qual prevê, no âmbito das medidas de inserção que devem integrar o contrato de inserção, a participação do titular da prestação e dos membros do seu agregado familiar em programas de ocupação temporária que se traduzam na realização de atividades socialmente úteis, como forma de promoção da sua integração social e comunitária.

Assim, o desenvolvimento de atividade socialmente útil surge como uma forma de ativação social e comunitária por parte dos beneficiários da prestação de rendimento social de inserção, através da colaboração prestada a entidades que desenvolvem este tipo de atividades, prestando desta forma um importante contributo cívico a favor da comunidade onde se inserem.

A atividade socialmente útil pode desenvolver-se, designadamente, no âmbito do apoio à organização e desenvolvimento de projetos ou eventos ligados à prática desportiva, recreativa e cultural; do apoio à organização e desenvolvimento de projetos ou eventos de proteção do património natural e paisagístico, nomeadamente, atividades de proteção do ambiente, da fauna e da flora; do apoio à organização e desenvolvimento de projetos ou eventos de proteção ou defesa do património arquitectónico; do apoio à organização e desenvolvimento de atividades não permanentes, nomeadamente, organização de bibliotecas, arquivos, museus municipais; do apoio à organização e desenvolvimento de atividades de apoio social; ou do apoio à organização e desenvolvimento de atividades ligadas a serviços gerais de apoio de carácter não permanente.



Ministério d.....



Decreto..... n.º.....

A atividade socialmente útil está sujeita a um conjunto de regras que assegura aos beneficiários de rendimento social de inserção o desenvolvimento de outras formas de inserção na sociedade, como sejam a procura ativa de emprego ou a elevação das suas competências através da frequência da escolaridade obrigatória ou de formação profissional, uma vez que apenas pode ocupar até quinze horas semanais, distribuídas no máximo por três dias úteis.

Por seu turno, também as entidades promotoras, aquelas que se proponham beneficiar do desenvolvimento de atividade socialmente útil, estão sujeitas a um conjunto de deveres que impedem a utilização da atividade útil como uma forma de ocupação ou de substituição de postos de trabalho, uma vez que essa atividade não pode configurar de modo exclusivo tarefas que integram o conteúdo funcional dos lugares do quadro de pessoal dessas entidades.

Por outro lado, o desenvolvimento de atividade socialmente útil não se confunde com o desenvolvimento de trabalho socialmente necessário a que se encontram obrigados os beneficiários de prestações de desemprego.

Compete ao Instituto da Segurança Social, I.P., o desenvolvimento e o acompanhamento da atividade socialmente útil, em parceria com entidades sem fins lucrativos, ou do setor social, que se proponham beneficiar dessa atividade e se inscrevam na bolsa constituída para o efeito.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:



Ministério d.....



Decreto.....n.º.....

#### Artigo 1.º

##### Objeto

O presente diploma regula o desenvolvimento da atividade socialmente útil a que se encontram obrigados os titulares do rendimento social de inserção e os membros do respetivo agregado familiar, adiante designados por beneficiários, nos termos definidos no contrato de inserção celebrado de acordo com o disposto no artigo 18.º da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio.

#### Artigo 2.º

##### Conceito de atividade socialmente útil

- 1 - Considera-se atividade socialmente útil a ocupação temporária a que ficam sujeitos os beneficiários previstos no artigo anterior, desenvolvida a favor de entidades sem fins lucrativos, ou do setor da economia social, designadas por entidades promotoras, com vista à satisfação de necessidades sociais e comunitárias.
- 2 - A atividade socialmente útil caracteriza-se pela realização de tarefas que, na sua maioria, não integram o âmbito do conteúdo funcional dos lugares previstos no quadro de pessoal ou nos instrumentos de regulamentação coletiva aplicáveis ou não se sobreponham às desenvolvidas pelos trabalhadores da entidade promotora.
- 3 - A atividade socialmente útil é compatível com as aptidões do beneficiário, bem como com as suas habilitações escolares, qualificação e experiência profissional, e respeita as normas gerais e especiais relativas às condições de trabalho, designadamente no que concerne à segurança, higiene e saúde no trabalho.



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

### Artigo 3.º

#### Âmbito pessoal

Integram o âmbito pessoal deste diploma os beneficiários do rendimento social de inserção, com idade compreendida entre os dezasseis e os sessenta anos, que não se encontrem a exercer atividade profissional, ou a frequentar qualquer grau de ensino, ação de formação profissional ou outro tipo de atividade no âmbito de medidas ativas de emprego, ou a prestar apoio indispensável a membro do seu agregado familiar de forma permanente.

### Artigo 4.º

#### Entidades promotoras

- 1 - Podem candidatar-se a entidades promotoras, as entidades sem fins lucrativos, ou do setor da economia social, designadamente:
  - a) Instituições particulares de solidariedade social (IPSS), ou entidades a estas equiparadas;
  - b) Associações de utilidade pública e cooperativas;
  - c) Serviços e organismos da administração local e regional.
- 2 - As entidades interessadas em beneficiar do desenvolvimento de atividade socialmente útil, devem apresentar, por via eletrónica em formulário próprio, a sua candidatura junto do Instituto da Segurança Social, I.P..
- 3 - As entidades promotoras devem satisfazer os seguintes requisitos:
  - a) Encontrarem-se regularmente constituídas e devidamente registadas;
  - b) Terem a situação contributiva regularizada perante a segurança social e a administração tributária;



Ministério d.....



Decreto.....n.º.....

- c) Terem a sua situação regularizada no que respeita a apoios nacionais ou comunitários, designadamente os concedidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.;
- d) Disporem de contabilidade organizada, desde que legalmente exigida, de acordo com o sistema de normalização contabilista.

#### Artigo 5.º

##### Duração da atividade socialmente útil

O limite máximo semanal de duração da atividade socialmente útil é de quinze horas, distribuído no máximo até três dias úteis.

#### Artigo 6.º

##### Direitos dos beneficiários

- 1 - O beneficiário tem direito a transporte, alimentação e seguro de acidentes pessoais, da responsabilidade da entidade promotora, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 2 - O encargo com a alimentação do beneficiário implica que a atividade socialmente útil desenvolvida tenha a duração mínima diária de 4 horas.

#### Artigo 7.º

##### Deveres dos beneficiários

Constituem deveres dos beneficiários:

- a) Cumprir as orientações da entidade promotora quanto à forma como deve ser desenvolvida a atividade socialmente útil;
- b) Cumprir o horário acordado com a entidade promotora;
- c) Informar com antecedência a entidade promotora sempre que estiver



Ministério d.....

Decreto ..... n.º .....

impossibilitado de comparecer no local onde deve ser desenvolvida a atividade socialmente útil, indicando o motivo da falta;

- d) Justificar as faltas ou atrasos;
- e) Não adotar comportamentos que perturbem ou interfiram com o normal funcionamento da entidade promotora;
- f) Cumprir as regras e instruções de segurança, higiene e saúde no trabalho.

#### Artigo 8.º

##### Regime de faltas

1 - Consideram-se justificadas as faltas ou ausências ao cumprimento da atividade socialmente útil resultantes de:

- a) Doença ou acidente;
- b) Apoio indispensável e inadiável a membro do seu agregado familiar, bem como a filho e a neto que não façam parte do seu agregado familiar;
- c) Direitos e obrigações decorrentes de responsabilidade parental;
- d) Cumprimento de obrigações legais ou judiciais inadiáveis;
- e) Falecimento de cônjuge, parentes e afins, em linha reta e em linha colateral, até ao 2.º grau, ou até ao 3.º grau caso vivam em economia comum;
- f) Cumprimento de obrigações decorrentes do contrato de inserção.

2 - A prova nas situações referidas nas alíneas a) e b) do número anterior é feita através de declaração médica emitida pelos serviços competentes do serviço nacional de saúde nos termos previstos no regime jurídico de proteção na doença do sistema previdencial, sem prejuízo de confirmação oficiosa, a todo o tempo, pelo sistema de verificação de incapacidades da segurança social.

3 - A prova nas situações referidas nas alíneas c), d), e) e f) do n.º 1 é feita, através de





## Ministério d

Decreto ..... n.º .....

documento idóneo ou de informação dos serviços da segurança social.

- 4 - As faltas dadas pelo beneficiário que não sejam justificadas nos termos dos números anteriores consideram-se injustificadas e dão lugar à restituição dos respetivos encargos com transporte e alimentação, sem prejuízo do previsto no artigo 22.º da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio.

### Artigo 9.º

#### Deveres das entidades promotoras

As entidades promotoras devem:

- a) Inserir e apoiar os beneficiários fornecendo-lhe os instrumentos e a formação necessários à execução das tarefas atribuídas;
- b) Monitorizar e controlar a atividade socialmente útil prestada pelos beneficiários, designando para esse efeito um supervisor;
- c) Comunicar aos competentes serviços da segurança social qualquer situação anómala que configure violação dos deveres a que os beneficiários estão sujeitos no âmbito da atividade socialmente útil;
- d) Atribuir aos beneficiários tarefas que não configurem a violação do disposto do n.º 2 do artigo 2.º;
- e) Cumprir com os encargos a que se encontra obrigada nos termos do artigo 6.º.

### Artigo 10.º

#### Cessação da atividade socialmente útil

O cumprimento da atividade socialmente útil por parte do beneficiário cessa sempre que se verificar alguma das seguintes situações:

- a) Suspensão ou cessação do rendimento social de inserção;



Ministério d.....



Decreto ..... n.º .....

- b) Exercício de atividade profissional a tempo completo ou a tempo parcial;
- c) Frequência de qualquer grau de ensino;
- d) Frequência de ação de formação profissional;
- e) Exercício de atividade no âmbito de medidas ativas de emprego;
- f) Violação grave e reiterada dos deveres previstos nos artigos 7.º e 9.º, impeditiva da continuidade da atividade socialmente útil.

#### Artigo 11.º

##### Gestão

1 - A gestão da atividade socialmente útil compete ao Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.).

2 - São competências da entidade gestora, designadamente:

- a) Organizar e gerir a bolsa das entidades promotoras;
- b) Estabelecer com as entidades promotoras, através de protocolo individual, as regras de funcionamento da atividade socialmente útil;
- c) Acompanhar, através do técnico gestor do processo de rendimento social de inserção, o cumprimento dos direitos dos beneficiários;
- d) Fiscalizar o cumprimento dos deveres das entidades promotoras;
- e) Articular com outros serviços públicos, designadamente com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., com vista a uma gestão eficaz e eficiente da atividade socialmente útil.

#### Artigo 12.º

##### Normas de execução

Os procedimentos necessários à execução do presente decreto-lei são aprovados por



Ministério d.....



Decreto.....n.º.....

portaria do membro do Governo responsável pela área da solidariedade e da segurança social.

Artigo 14.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de

O Primeiro-Ministro

O Ministro de Estado e das Finanças

O Ministro da Economia e do Emprego

O Ministro da Solidariedade e da Segurança Social